

**VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL  
SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO**

**1ª PROVA ESCRITA**

**- MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA -**

**1. Interpretação extensiva:**

- a) equivale a interpretação analógica.
- b) é sinônima de interpretação “intra legem”.
- c) ocorre quando a *ratio legis* é mais ampla do que a letra da lei.
- d) dá-se quando a um preceito genérico segue-se um casuístico.

**2. Na classificação dos bens, consumibilidade e fungibilidade:**

- a) são expressões sinônimas, pois as coisas consumíveis são fungíveis.
- b) a fungibilidade traduz uma idéia de relação, enquanto a consumibilidade é uma propriedade natural da coisa.
- c) são predicados diversos aplicáveis aos bens móveis e imóveis.
- d) ambas pressupõem a idéia de equivalência de substitutos.

**3. Prazo decadencial:**

- a) ocorre quando um direito subjetivo vem ao mundo jurídico com prazo certo de exercício.
- b) é aquele que a lei marca para a recomposição de um direito subjetivo violado.
- c) não pode ter origem na vontade das partes.
- d) prescinde da violação do direito, desde que assim seja convencionado.

**4. Os direitos aos quais não corresponde uma prestação:**

- a) são suscetíveis de lesão, dando origem à prescrição.
- b) são chamados de direitos potestativos.
- c) destinam-se à modificação de um estado jurídico futuro.
- d) têm como titular o Estado, detentor privativo da soberania.

**5. Pela ordem constitucional vigente:**

- a) o casamento e a união estável foram equiparados.
- b) apenas a união matrimonializada origina a família civil.
- c) há uma opção axiológica em favor do casamento como fonte da família.
- d) a entidade familiar existe apenas na família natural.

**6. Pela teoria objetiva da posse (Ihering):**

- a) a posse e a detenção são noções equivalentes, pois ambas exteriorizam a propriedade.
- b) a posse é um fato e, ao mesmo tempo, um direito.
- c) a posse é uma relação de apropriação econômica.
- d) a detenção é uma posse degradada pela lei.

**7. Em face do Direito brasileiro:**

- a) a cessão de crédito é, em regra, *pro soluto*.
- b) líquida é a obrigação certa quanto à existência e indeterminada quanto ao objeto.
- c) a sentença arbitral não pode ser anulada por vícios formais.
- d) a solidariedade se extingue com a conversão da prestação em perdas e danos.

**8. Quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor, ocorre:**

- a) delegação.
- b) expromissão.
- c) cessão de contrato.
- d) novação subjetiva ativa.

**9. O fim típico do contrato:**

- a) constitui a sua causa de atribuição patrimonial.
- b) representa o motivo da obrigação.
- c) é representado pela sua causa, como função econômico-social.
- d) não é elemento do negócio jurídico.

**10. A dissolução dos contratos:**

- a) é chamada de resolução quando ocorre por causas anteriores à celebração.
- b) ocorre sob as formas de resolução, rescisão e rescisão.
- c) é o seu desfazimento por inexecução parcial.
- d) deixa de existir quando ocorre o pagamento de perdas e danos.

**11. A teoria da imprevisão:**

- a) constitui uma releitura, pura e simples, da cláusula medieval *rebus sic stantibus*.
- b) contenta-se com a quebra da equação financeira nos contratos comutativos.
- c) associa a onerosidade excessiva do contrato ao advento de eventos extraordinários.
- d) derogou o princípio da força obrigatória dos contratos.

**12. O Código Tributário Nacional:**

- a) tem a natureza jurídica de lei complementar.
- b) tem eficácia de lei complementar por tratar de matéria exclusiva desse ato normativo.
- c) foi recepcionado no nível de lei complementar pela Constituição de 1967, em razão do seu objeto.

d) editado validamente como lei ordinária, sob a égide da Constituição de 1946, assim deve ser considerado.

**13. Hipótese de incidência:**

- a) é expressão sinônima de fato imponible.
- b) é a descrição, inserida na lei, da situação necessária e suficiente ao nascimento da obrigação tributária.
- c) é a ocorrência, no mundo dos fatos, daquilo que está previsto na lei tributária.
- d) é o conjunto legal constituído do fato gerador, da base de cálculo e da alíquota.

**14. Havendo um auto de infração pelo não pagamento de IPI:**

- a) o crédito tributário somente é constituído depois do improvimento do recurso administrativo, quando interposto.
- b) a inscrição em dívida ativa é que origina o crédito tributário, que antes não era exigível.
- c) o auto de infração já representa a constituição do crédito tributário.
- d) a autuação é apenas o segmento inicial do procedimento vinculado do lançamento.

**15. Se uma empresa não recolheu o PIS devido de junho a novembro/93:**

- a) deverá o fisco fazer o lançamento de ofício até 01/01/1999.
- b) não poderá proceder dessa forma, pois a hipótese é de lançamento por homologação.
- c) o prazo de lançamento de ofício somente se inicia em 01/01/99, termo final do prazo de autolancamento.
- d) nenhuma das respostas anteriores.

**16. O ouro, como ativo financeiro ou instrumento cambial:**

- a) está sujeito apenas ao imposto único sobre minerais.
- b) sujeita-se exclusivamente à incidência do IOF devido na operação de origem.
- c) está sujeito também ao IOF nas transmissões seguintes, ainda como instrumento cambial.
- d) é aquele envolvido em operações de refino ou custódia sob o comando de instituição financeira.

**17. Na definição do sujeito passivo indireto da obrigação tributária:**

- a) ocorre substituição quando a obrigação já nasce com o seu pólo passivo ocupado por um responsável tributário.
- b) ocorre sucessão quando a obrigação do contribuinte é deslocada para outra pessoa, em razão de evento superveniente.
- c) a lei sempre coloca nessa condição (sujeito passivo) uma pessoa vinculada à capacidade contributiva.
- d) a lei sempre lhe confere a possibilidade de repassar o encargo ao contribuinte de direito.

**18. A constituição do crédito tributário, a sua cobrança e a sua repetição (quando for o caso) pelo contribuinte, estão sujeitas, respectivamente, a prazos de:**

- a) prescrição, perempção e decadência.
- b) decadência, prescrição e preclusão.
- c) decadência, prescrição e decadência.
- d) decadência, caducidade e prescrição.

**19. A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei:**

- a) traduz forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- b) traduz forma de exclusão do crédito tributário.
- c) não tem previsão no Código Tributário Nacional.
- d) traduz modalidade de extinção do crédito tributário.

**20. Em matéria de IRPJ, lucro real:**

- a) é o lucro líquido apurado num exercício financeiro.
- b) é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações autorizadas.
- c) é o lucro resultante da soma algébrica do lucro operacional e das participações.
- d) é a soma algébrica dos resultados não operacionais e das participações.

**21. Na cobrança executiva de IRPJ contra a massa falida:**

- a) deve a Fazenda Federal habilitar o seu crédito no quadro dos credores.
- b) a execução deve ser proposta contra a massa falida, na Justiça Federal, com a penhora no rosto dos autos do processo de falência.
- c) a execução deve ser proposta contra a massa falida, na Justiça Estadual.
- d) proposta a execução no foro federal, a penhora será feita diretamente nos bens da massa, pois a cobrança do crédito tributário não se submete a habilitação em falência.

**22. Um tributo tem caráter extrafiscal:**

- a) quando tem por finalidade trazer recursos aos cofres públicos.
- b) quando tem por objetivo estimular ou desestimular comportamentos do contribuinte.
- c) quando se destina a incrementar a arrecadação para fins sociais extraordinários.
- d) quando arrecada recursos para o custeio de atividades alheias às funções próprias do Estado.

**23. É certo afirmar, quanto à invalidação dos atos administrativos:**

- a) a Administração detém controle interno mais amplo, que permite o desfazimento de seus atos por considerações de mérito e de ilegalidade.
- b) o controle interno da Administração está sempre restrito a considerações de ilegalidade, em face da teoria dos motivos determinantes.
- c) o controle externo por parte do Judiciário poderá alcançar o exame de mérito, desde que esteja em questão a prática de ato dentro dos limites traçados para discricionariedade.
- d) o controle do Judiciário se estende tanto aos aspectos de mérito quanto à legalidade.

**24. Na Administração Pública o abuso de poder pode se revestir:**

- a) de forma omissiva.
- b) de forma comissiva.
- c) de forma omissiva e comissiva.
- d) de maneira distinta, desde que o ato praticado seja considerado inexistente.

**25. Em se tratando de servidor público podemos afirmar que:**

- a) só perderá o cargo em razão de sentença judicial transitada em julgado.
- b) não poderá perder o cargo mediante processo administrativo de avaliação de desempenho.
- c) somente adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, quando nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- d) extinto o cargo, aquele que tenha adquirido estabilidade ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

**26. Sobre a responsabilidade civil do Estado, em decorrência de dano causado por seus agentes, apresenta-se razoável afirmar:**

- a) será imprescindível, durante a fase de instrução, restar demonstrada a culpa do agente.
- b) deverá aplicar-se a teoria do risco integral, ante a mudança levada a efeito na Carta de 1988.
- c) bastará haver demonstração do fato ocorrido em serviço e a relação de nexó de causalidade entre este e o evento danoso.
- d) apesar da responsabilidade objetiva admitida, no curso do processo deverá ser provada a culpa *in eligendo* da Administração.

**27. Com relação aos bens públicos dominiais apresenta-se incorreta a afirmação seguinte:**

- a) podem ser alienados ou cedidos pela Administração.
- b) podem ser objeto de cessão de uso entre o titular do domínio e outro órgão público.
- c) podem ser objeto de aforamento ou enfiteuse, quando a Administração transfere o domínio direto a outrem, mediante pagamento de foro anual por parte do enfiteuta ou adquirente.
- d) *laudêmio* é a importância que o foreiro paga ao senhorio, quando este renuncia seu direito de reaver o domínio útil transferido, em igualdade de condições com relação ao terceiro que o adquire.

**28. Quanto às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, assinale a alternativa incorreta:**

- a) a Constituição de 1988 assegurou aos índios a posse permanente das terras por eles ocupadas, além de considerá-las inalienáveis e indisponíveis.
- b) o Estado somente favorecerá eventual atividade de garimpo, se este for realizado por meio de cooperativa, que estará sempre submetida à supervisão dos índios, da Funai e do Ministério Público Federal, inclusive quanto à necessidade de proteção do meio ambiente.
- c) apresenta-se viável a indenização de benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé, na forma da lei.
- d) são considerados nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse dessas terras, não gerando a nulidade e a extinção direito à indenização.

**29. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:**

- a) as terras devolutas pertencem ao domínio público, muito embora não se achem utilizadas pelo Poder Público.
- b) terrenos reservados são as faixas de terras particulares, marginais dos rios, lagos e canais públicos, na largura de 15 metros, onerados com servidão de trânsito.
- c) terrenos de marinha são banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, em sua foz, em até 33 metros para a parte das terras, contados desde o ponto em que chega a preamar média, cujo controle de registro da dominialidade está afetado ao Ministério da Marinha, seu proprietário, em livro próprio mantido na respectiva Capitania dos Portos, devidamente rubricado pelo oficial do registro de imóveis da comarca de situação terras.
- d) os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União.

**30. Assinale a opção incorreta:**

- a) requisição é a utilização coativa de bens ou serviços particulares pelo Poder Público, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias, com indenização ulterior.
- b) ocupação temporária é a utilização transitória, remunerada ou não, de bens particulares pelo Poder Público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas.
- c) limitação administrativa é toda imposição geral, unilateral, remunerada e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou atividades particulares, devendo o pagamento respectivo ocorrer antes de ser baixado o ato limitador.
- d) o tombamento, em princípio, não enseja indenização, exceto se as condições impostas ao proprietário para conservação do bem acarretarem despesas extraordinárias ou provocarem a própria interdição do uso do bem.

**31. Em matéria de desapropriação por interesse social não é acertado afirmar que:**

- a) para fins de reforma agrária, a indenização da terra nua se fará mediante pagamento em títulos públicos, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em no máximo 20 anos.
- b) o Ministério Público intervirá, obrigatoriamente, após a manifestação das partes, antes de cada decisão no feito expropriatório, em qualquer instância.
- c) havendo dúvida quanto ao domínio, o valor da indenização ficará depositado à disposição do juízo até que os interessados resolvam seus conflitos em ações próprias.
- d) as benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro, somente após trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

**32. O Município de Anápolis expropriou o terreno onde seria instalada nova fábrica da Coca Cola, objetivando construir um novo espaço de lazer aos seus munícipes. Passados mais de dois anos, com a eleição e posse do novo prefeito, este resolveu mudar completamente o projeto original e construiu no local um grande aterro sanitário. Essa alteração de finalidade caracteriza:**

- a) retrocessão, tendo o expropriado direito à recuperação do bem.
- b) simples mudança do objeto específico da desapropriação, incapaz de ensejar direito a requisição do bem.
- c) retrocessão, assistindo ao expropriado complementação de pagamento, a título de perdas e

danos.

d) transformação da desapropriação direta em indireta.

**33. A implantação regular de gasoduto pelo governo federal, por intermédio da Petrobrás, em imóvel urbano cujo domínio útil esteja conferido a particular e o domínio direto mantido pela União constitui:**

a) servidão de passagem, com obrigação de pagamento de indenização restrita ao domínio privado.

b) desapropriação direta, mediante pagamento de indenização relativa ao domínio particular afetado.

c) servidão de passagem, com dispensa de indenização em virtude da titularidade plena da União sobre o imóvel.

d) desapropriação indireta, com indenização limitada ao domínio útil que detém o particular sobre o imóvel.

**34. Assinale a alternativa correta:**

a) as águas interiores não estão localizadas entre a costa e o limite interior do mar territorial.

b) zona econômica exclusiva se configura em área situada além do mar territorial, onde a soberania do Estado se apresenta completa, sem levar em conta os direitos e deveres dos demais Estados.

c) quanto à natureza jurídica, o mar territorial pode ser considerado um complemento do território terrestre do Estado, ao qual se estende a soberania.

d) a expressão plataforma continental não tem relação com o subsolo das regiões submarinas adjacentes situadas além do mar territorial.

**35. Assinale a alternativa incorreta:**

a) as aeronaves se classificam em públicas e privadas, conforme a natureza do serviço prestado.

b) o regime jurídico das aeronaves em território estrangeiro não guarda nenhuma semelhança com o regime jurídico dos navios, exceto com relação aos aparelhos denominados anfíbios.

c) dentro da classificação de aeronaves públicas incluem-se as militares.

d) toda aeronave deve carregar a bordo seu certificado de navegabilidade, um carnê de rota, lista nominativa de passageiros e o manifesto de carga, entre outros papéis.

**36. Em se tratando de conflitos internacionais é incorreto afirmar:**

a) os meios pacíficos de solução desses litígios podem ser classificados em diplomáticos, jurídicos e políticos.

b) a mediação se distingue da arbitragem porquanto a opinião do mediador não é obrigatória, ao contrário da solução arbitral.

c) a mediação é um meio diplomático pacífico para solução desses litígios.

d) a arbitragem seria uma das formas de solução política e não jurídica.

**37. Em se tratando de nacionalidade é incorreto afirmar:**

- a) que a originária decorre do nascimento do indivíduo.
- b) três são os sistemas legislativos de atribuição de nacionalidade originária: *jus soli*, *jus sanguinis* e o misto.
- c) o *jus sanguinis* é o sistema que tira do indivíduo a nacionalidade dos pais, em virtude de casamento válido celebrado no estrangeiro.
- d) o sistema misto é uma combinação entre o *jus soli* e o *jus sanguinis*, adotado, entre outros Países, pelos Estados Unidos da América e pela Colômbia.

**38. Entende-se por extradição:**

- a) o ato por meio do qual um indivíduo é entregue por um Estado a outro, a fim de ser submetido a processo e punição.
- b) o ato por meio do qual um indivíduo é entregue por um Estado a outro, em virtude de haver sido acusado da prática de crime militar ou político.
- c) o ato por meio do qual um indivíduo é entregue por um Estado a outro, sob acusação de cometimento de tráfico internacional de tóxicos.
- d) a expulsão de estrangeiro que, no Brasil, tenha cometido crime hediondo.

**39. Assinale a alternativa correta:**

- a) expulsão é ato político-administrativo que obriga o estrangeiro a sair do território nacional.
- b) deportação é a expulsão de brasileiro do território nacional.
- c) a Constituição do Brasil não autoriza a expulsão de brasileiro, mas admite a extradição no caso de cometimento de crime hediondo no exterior.
- d) decorrido um ano do ato de expulsão poderá o estrangeiro retornar ao País, desde que declare o objetivo da viagem.

**40. Relativamente ao controle de constitucionalidade por via de ação, não é correto afirmar que:**

- a) proposta a ação direta de constitucionalidade, não se admitirá desistência.
- b) não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) a concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
- d) a medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia *ex nunc*.

**41. Tendo em conta as proposições abaixo, relativas ao controle de constitucionalidade *in abstracto*, exercido pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a única alternativa correta:**

I - ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

II - a decisão do Tribunal tem natureza tem eficácia declaratória e, por isso, sempre terá eficácia *ex tunc*.

III - a legitimação para propositura da ação decorre de texto expresso da Constituição.

**IV** - a declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

- a) a I, III e IV estão corretas.
- b) a II, III e IV estão corretas.
- c) somente a II e a III estão corretas.
- d) somente a I e a III estão corretas.

**42. Assinale a única opção incorreta:**

- a) a forma federativa de Estado é considerada princípio intangível pela Constituição da República.
- b) emendas à Constituição podem incidir no vício de inconstitucionalidade, desde que vulnerem cláusulas pétreas consagradas no texto constitucional.
- c) o espectro abrangente do art. 60, § 4º da Constituição, que enumera matérias de direitos fundamentais como insuscetíveis de emenda, tornou ociosa a doutrina relativa às limitações materiais implícitas.
- d) as limitações materiais impostas ao poder constituinte reformador, que o art. 60, § 4º, da Constituição Federal enumera, não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina da Constituição originária, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e motivos cuja preservação nelas se protege.

**43. Assinale a opção incorreta:**

- a) o Supremo Tribunal Federal não tem competência para, em sede de controle concentrado, efetuar a fiscalização de constitucionalidade de leis municipais.
- b) a utilização da ação civil pública, como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, caracteriza usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Será viável, no entanto, o ajuizamento da ação civil pública, se não visar à apreciação da validade constitucional da lei em tese, mas objetivar o julgamento de uma específica e concreta relação jurídica porque, nesse caso, o controle de constitucionalidade será incidental.
- c) não cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar originariamente mandado de segurança impetrado contra ato de Tribunal Superior.
- d) o Supremo Tribunal Federal não tem competência para dirimir conflito envolvendo autarquia federal e Estado-membro sobre propriedade de terras devolutas.

**44. Tendo em conta as proposições abaixo, assinale a única alternativa correta:**

**I** - segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os compromissos assumidos pela República Federativa do Brasil em tratado internacional de que seja parte não minimizam o conceito de soberania do Estado-povo na elaboração de sua constituição. O tratado, assim, deve ser interpretado com as limitações impostas pelo texto constitucional.

**II** - autorizada doutrina classifica as normas constitucionais em (i) de eficácia plena; (ii) de eficácia contida; e (iii) de eficácia limitada ou reduzida.

**III** - as normas constitucionais transitórias têm o mesmo valor das normas constitucionais permanentes. Têm, em regra, eficácia plena e aplicabilidade imediata, mas sua aplicabilidade se exaure com o desaparecimento da situação excepcional regulada.

IV - normas constitucionais, ressalvadas as normas que fixam competência, em geral possuem menor diversidade normativa do que as normas constitucionais.

- a) todas estão corretas.
- b) somente a I está errada.
- c) a I e a IV estão erradas.
- d) a II e a III estão erradas.

**45. Sobre métodos de interpretação constitucional, é correto dizer:**

**I** - o método *jurídico* preconiza que, para captar o sentido da lei constitucional, devem ser utilizados os cânones tradicionais da hermenêutica: (i) o elemento filológico, (ii) o elemento lógico ou sistemático, (iii) o elemento teleológico e, (iiii) o elemento genético.

**II** - o método *tópico-problemático* sugere que a interpretação não deve partir do problema para a norma e sim desta para o problema, como forma de evitar que o intérprete incida em casuísmos.

**III** - o método *hermenêutico-concretizador*, cuja teorização fundamental é devida a Konrad Hesse, realça os seguintes pressupostos da tarefa interpretativa: (i) subjetivos, dado que o intérprete desempenha um papel criador na obtenção do sentido do texto constitucional, (ii) objetivos, isto é o contexto, atuando o intérprete como operador de mediações entre o texto e a situação em que se aplica; (iii) relação entre texto e contexto com a mediação criadora do intérprete.

- a) somente a I está errada.
- b) somente a II está errada.
- c) a I e a II estão erradas.
- d) a II e a III estão erradas.

**46. Assinale a alternativa incorreta:**

**É da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre:**

- a) direito tributário, financeiro, penitenciário e urbanístico.
- b) juntas comerciais.
- c) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- d) previdência social, seguridade social, proteção e defesa da saúde.

**47. Assinale a alternativa correta:**

**I** - o princípio da proporcionalidade que, para parte da doutrina, é sinônimo de princípio da razoabilidade, não encontra assento expresso no texto constitucional. Não obstante, vem encontrando acolhida na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

**II** - os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

**III** - perderá o mandato o Governador que tomar posse em cargo público, ainda que decorrente de concurso público.

- a) somente a I está correta.
- b) somente a II está correta.
- c) a I e a II estão corretas.
- d) a II e a III estão corretas.

**48. Assinale a alternativa correta:**

**I** - o Estado pode intervir em qualquer de seus Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**II** - a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

**III** - a União somente intervirá nos Estados para assegurar observância dos princípios constitucionais relativos aos direitos da pessoa humana após provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador- Geral da República.

- a) todas estão corretas.
- b) somente a I está errada.
- c) somente a II está errada.
- d) somente a III está errada.

**49. Indique a alternativa correta:**

**I** - a competência do Supremo Tribunal Federal é definida na Constituição e não pode ser ampliada por lei ordinária.

**II** - compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

**III** - compete aos Tribunais Regionais Federais julgar em grau de recurso as causas decididas em primeiro grau por juiz federal e em que seja parte, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

- a) somente a I está correta.
- b) somente a II está correta.
- c) a I e a II estão corretas.
- d) a II e a III estão corretas.

**50. Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:**

**I** - a pesquisa e lavra de recurso minerais poderão ser efetuadas exclusivamente por brasileiros ou empresas constituídas sob as leis brasileiras, que tenham sua sede e administração no Brasil.

**II** - na forma da Constituição, a lei que dispuser sobre o estatuto da empresa pública e da sociedade de economia mista deverá sujeitá-las, salvo quanto às relações trabalhistas, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e tributárias.

**III** - a ordem econômica observará os princípios da livre concorrência e da busca do pleno emprego.

- a) todas estão corretas.
- b) somente a I está errada.
- c) somente a II está errada.
- d) somente a III está errada.

**51. Assinale a alternativa correta:**

**A lei complementar que vier a regular o sistema financeiro nacional:**

- I** – disporá sobre autorização para o funcionamento das instituições financeiras.
- II** – não disporá sobre autorização e funcionamento dos estabelecimentos de previdência.
- III** – disporá sobre a criação de fundo ou seguro com o objetivo de proteger a economia popular.
- IV** – não disporá sobre o funcionamento de cooperativas de crédito.

- a) a I, II e IV estão corretas.
- b) a I, III e IV estão corretas.
- c) somente a I e a III estão corretas.
- d) somente a II e a III estão corretas.

**52. Dadas as proposições, assinale a alternativa correta:**

- I** – para viabilizar o agravo de instrumento interposto da decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal que negou trânsito a recurso extraordinário é indispensável, na forma de texto expresso da legislação processual civil, juntada da certidão de publicação do acórdão recorrido, a qual permite ao STF a verificação da tempestividade do recurso.
- II** – cabe ação cautelar para dar efeito suspensivo, mesmo antes de sua interposição, a recurso especial.
- III** - a decisão do relator do recurso especial que determina a remessa dos autos ao STF por considerar que o recurso extraordinário deve ser apreciado em primeiro lugar, por ser prejudicial, é irrecorrível.
- IV** – no Superior Tribunal de Justiça, poderá o relator, monocraticamente, ao conhecer de agravo de instrumento, julgar o próprio mérito do recurso especial.

- a) somente a I está errada.
- b) a I e a III estão erradas.
- c) a II e a IV estão erradas.
- d) a III e IV estão erradas.

**53. Assinale a alternativa correta:**

- I** – a ação cautelar proposta depois de interposto o recurso, e mesmo antes de sua remessa, será requerida diretamente ao tribunal.
- II** - é inadmissível a propositura de ação declaratória, por falta de interesse de agir, quando já ocorrida a lesão do direito.

**III** - o juiz dará curador especial ao réu preso bem como ao revel citado por edital ou por via postal.

- a) somente a I está errada.
- b) somente a II está errada.
- c) a I e a II estão erradas.
- d) a II e III estão erradas.

**54. Assinale a alternativa correta:**

**I** – os honorários profissionais serão fixado entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da causa, atendidos o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o serviço.

**II** – A União, se for parte na causa, deve depositar previamente os honorários do perito, relativamente à perícia por ela requerida.

**III** – o assistente do vencido será condenado nas custas em proporção à atividade que houver exercido no processo.

- a) somente a I está errada.
- b) somente a II está errada.
- c) a I e a II estão erradas.
- d) a II e III estão erradas.

**55. Assinale a alternativa incorreta:**

a) é entendimento preponderante nos tribunais o de que, se no julgamento da apelação for afastada a arguição de prescrição, acolhida no primeiro grau, devem os autos retornar à instância de origem, de forma a evitar a supressão de grau de jurisdição.

b) a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.

c) no litisconsórcio necessário unitário é indispensável a presença, no processo, de todas as partes litisconsorciadas, além do que a decisão deverá ser uniforme em relação a essas mesmas partes.

d) é assente na jurisprudência, a partir da dicção do art. 47 do CPC, que se não foi citado litisconsorte necessário a sentença é, em relação a ele, ineficaz e válida em relação aos que foram partícipes da relação processual.

**56. Dadas as proposições, assinale a alternativa correta:**

**I** – se o processo tramita perante a justiça estadual e é requerida a citação de entes federais, na qualidade de litisconsortes passivos necessários, a competência desloca-se para a Justiça Federal, a quem cabe pronunciar-se sobre a existência ou não do litisconsórcio.

**II** – no litisconsórcio simples, diferentemente do que ocorre no litisconsórcio unitário, é possível a decretação de revelia e o reconhecimento de seus efeitos em relação ao que não haja contestado a ação.

**III** - não cabe assistência no processo de execução.

**IV** – as pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter

reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipóteses em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

- a) todas estão corretas.
- b) a I e a IV estão erradas.
- c) somente a II está errada.
- d) somente a III está errada.

**57. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) a citação dos opostos, embora deva ser feita na pessoa dos respectivos advogados, não pode ser feita mediante publicação na imprensa oficial.
- b) a nomeação à autoria é espécie de intervenção de terceiros provocada e que somente pode ser praticada pelo réu, diferentemente do que ocorre no chamamento ao processo.
- c) todas as figuras de intervenção de terceiros previstas no capítulo VI, do título II, Livro I, do CPC, baseiam-se no princípio da economia processual.
- d) não cabe chamamento ao processo no procedimento sumário.

**58. Assinale a alternativa correta:**

**A respeito da denunciação da lide é correto dizer:**

**I** – a jurisprudência do STJ vem se afinando com o entendimento doutrinário predominante no sentido de que somente nos casos de evicção e transmissão de direitos (garantia própria) é que a denunciação da lide é obrigatória.

**II** – a falta de denunciação da lide não impede o adquirente de ajuizar ação contra o alienante para haver de volta o preço que pagou pela coisa.

**III** – a denunciação da lide implica uma espécie de ação de regressiva *secundum eventum litis*.

**IV** – não se admite denunciação da lide nas ações de reparação de danos causados ao consumidor.

- a) todas estão corretas.
- b) somente a I está errada.
- c) somente a II está errada.
- d) somente a III e IV estão erradas.

**59. Assinale a alternativa incorreta:**

a) na ação de improbidade administrativa, a exemplo do que ocorre na ação popular a pessoa jurídica de direito público, ré, pode abster-se de contestar o pedido ou, mesmo, atuar ao lado do autor.

b) a propositura da ação popular previne a competência do juízo para todas as ações que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.

c) na ação popular, o prazo da contestação é de 20 dias, prorrogável por mais 20, à discrição

do juiz da causa, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

d) na ação popular, a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível “erga omnes”, exceto no caso das sentenças meramente terminativas e das que julgarem o pedido improcedente por deficiência de prova.

**60. A petição inicial será inepta:**

- a) quando o tipo de procedimento escolhido pelo autor não corresponder à natureza da causa.
- b) quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
- c) quando a parte for manifestamente ilegítima.
- d) quando o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição.

**61. Marque a alternativa incorreta. O recurso adesivo:**

- a) deve ser interposto no prazo de que a parte dispõe para responder ao recurso principal.
- b) tem sua admissibilidade subordinada à do recurso principal.
- c) será admissível na apelação, no agravo de instrumento, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- d) só é cabível nas hipóteses de sucumbência recíproca.

**62. A respeito da ação de mandado de segurança, não é correto afirmar:**

- a) o mandado de segurança é ação civil ainda quando impetrado contra ato de juiz criminal, praticado em processo penal.
- b) o sujeito passivo na ação de mandado de segurança não é a autoridade coatora e sim a pessoa jurídica de direito público a que ela pertence.
- c) cabem embargos infringentes quando o julgamento da apelação não for unânime.
- d) é ação de *summaria cognitio*.

**63. Antônio, desejando matar Pedro, desferiu-lhe diversos golpes de faca, causando na vítima várias lesões. Tomado de dor de consciência, conduziu-o a um hospital, porém, ao ser atendido, Pedro acabou adquirindo infecção hospitalar, pela qual veio a falecer. Assinale a alternativa correta:**

- a) houve desistência voluntária.
- b) houve arrependimento eficaz.
- c) houve rompimento do nexo de causalidade.
- d) Antônio responderá por homicídio.

**64. Assinale a alternativa incorreta sobre as hipóteses possíveis nas excludentes de criminalidade e discriminantes putativas:**

- a) é possível legítima defesa real contra legítima defesa putativa.
- b) é possível legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa.
- c) é possível legítima defesa real contra legítima defesa real.
- d) é possível estado de necessidade contra estado de necessidade.

**65. Sobre concurso de agentes assinale a alternativa correta:**

**I** - chama-se conivência a participação por omissão quando o partícipe tem o dever de impedir o resultado.

**II** - na autoria mediata pode haver concurso de agentes entre coator e coagido.

**III**- nos crimes omissivos próprios é possível co-autoria e não participação.

**IV**- é possível participação dolosa em crime culposos.

- a) a I e a II estão corretas.
- b) a II e a III estão corretas.
- c) a I e a IV estão corretas.
- d) nenhuma das alternativas.

**66. Sobre o sistema de penas do código penal brasileiro, assinale a alternativa correta:**

a) antes da Lei nº 9.718/98 a reincidência vedava a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Hoje, a vedação se restringe à reincidência específica.

b) nos crimes culposos é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, qualquer que seja o tempo de pena privativa de liberdade fixada. Caso a pena privativa de liberdade tenha sido fixada até um ano, pode-se substituir por multa ou uma pena restritiva de direitos ou por duas restritivas de direitos.

c) as penas restritivas de direitos podem ser aplicadas isoladamente.

d) com a lei 9.714/98 introduziu-se o “sursis” incondicionado.

**67. Sobre os crimes contra a honra assinale a alternativa correta:**

**I** - não constitui injúria a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.

**II** - é possível a retratação quando o Ministério Público ingressa com ação penal, após representação movida pelo funcionário público ofendido em razão de suas funções.

**III**- não constitui calúnia a opinião desfavorável emitida por funcionário público, em apreciação ou ou informação que preste no cumprimento de dever de ofício.

**IV** - Paulo está sendo acusado por Pedro da prática do crime previsto no art. 161 inciso II § 3º do CPB, crime de ação penal privada, com processo tramitando na 3ª Vara Criminal. Houve sentença condenatória de que recorreu Paulo, cujo recurso ainda não foi julgado. Ocorre que Antônio, amigo de Pedro, afirmou em uma festa que Paulo havia praticado o esbulho, tal como está no processo que ele responde. Paulo, indignado com essa afirmação, ingressou com queixa-crime contra Antônio acusando-o da prática de calúnia. Nesse caso, Antônio pode promover exceção da verdade.

- a) somente a I está correta.
- b) a I e a IV estão corretas.
- c) a II e a III estão corretas.
- d) somente a IV está correta.

**68. Assinale a alternativa correta quanto aos crimes contra o patrimônio:**

**I** - a apropriação indébita ocorre na posse direta e na detenção vigiada.

**II** - o dolo antecedente é próprio do estelionato quando comparado com a apropriação indébita.

**III** - aquele que recebe de um carteiro uma encomenda valiosa e, de plano, observa que a encomenda se destina a outra pessoa, porém omite essa informação e a recebe, comete o crime de apropriação de coisa havida por erro.

**IV** - segundo o entendimento pacífico no STF comete latrocínio consumado, o autor de roubo, havendo a morte ainda que a subtração resulte tentada.

**V** - a *contractatio* é a teoria preferida pela doutrina e jurisprudência quanto à consumação do crime de furto.

a) a II e a IV estão corretas.

b) a I e a V estão corretas.

c) a I e a IV estão corretas.

d) a II e a III estão corretas.

**69. Assinale a alternativa correta quanto aos crimes de falso:**

**I** - segundo o entendimento dominante, aquele que coloca dizeres e números de uma cédula verdadeira em outra, comete o crime do art. 289 do CPB.

**II** - constitui crime de falso ideológico o requerimento contendo informação inverídica dirigida a a repartição pública, cujo conteúdo deverá ser aferido pela repartição pública que recebeu o requerimento.

**III** - é correto o entendimento de que a falsidade documental, que constitui ato preparatório do uso de documento falso, é por este absorvida.

**IV** - é correto o entendimento de que a falsidade documental, que constitui ato preparatório do uso de documento falso, deve absorver esse crime.

a) somente as alternativas II e III estão corretas.

b) somente a IV está errada.

c) somente I e II estão erradas.

d) somente a II está errada.

**70. Sobre os crimes contra a administração pública assinale a alternativa correta:**

**I** - o funcionário público que se nega a cumprir ordem emanada de juiz, sendo certo que está no âmbito de suas atribuições cumprir tal ordem, pode estar cometendo o crime de prevaricação.

**II** - pratica o crime de corrupção ativa o particular que coloca à disposição do funcionário público dinheiro por ele exigido para a prática de ato de ofício. O funcionário público, por sua vez, comete o crime de concussão.

**III** - comete corrupção ativa o terceiro que oferece dinheiro ao intermediário, sujeito ativo no crime de tráfico de influência.

**IV** - comete corrupção ativa o particular que oferece dinheiro a funcionário público após a prática do ato de ofício.

a) a I e a II estão corretas.

b) a II e a III estão corretas.

- c) a I e a III estão corretas.
- d) nenhuma das alternativas.

**71. Qual o crime praticado pelo funcionário público que exige de um particular indevida vantagem, mediante violência:**

- a) corrupção ativa.
- b) concussão.
- c) extorsão.
- d) corrupção passiva.

**72. No caso de flagrante preparado no crime de concussão, cuja preparação ocorreu no momento em que o particular estava entregando a vantagem indevida exigida pelo funcionário público. Assinale a alternativa correta:**

- a) o crime está desconfigurado em face do enunciado n. 145 do STF.
- b) o crime subsiste, pois a preparação tornou impossível apenas o exaurimento.
- c) o crime subsiste na forma tentada.
- d) nenhuma das alternativas.

**73. Sobre as leis especiais, assinale a alternativa correta:**

**I -** a Lei nº 9.605/98 pune o dano culposos.

**II -** a causa de aumento de pena do art. 18, III da Lei nº 6.368/76 pressupõe associação estável para a prática dos crimes de entorpecentes.

**III -** o corruptor ativo não tem seu comportamento descrito como crime na Lei 8.137/90, permanecendo enquadrado no art. 333 do CPB.

**IV -** comete crime continuado quem, em um único contexto de ação, importa, guarda e oferece entorpecente.

- a) a I e a III estão corretas.
- b) a I e a IV estão corretas.
- c) a III e a IV estão corretas.
- d) a II e a IV estão corretas.

**74. Assinale a alternativa correta em relação à atuação do magistrado no inquérito policial:**

**I -** se o Ministério Público não incluir um dos indiciados na denúncia, nem sobre ele formular pedido direto de arquivamento, operou-se arquivamento implícito, de tal maneira que lhe é vedado, posteriormente, aditar a denúncia para incluí-lo. Se o fizer deve o juiz rejeitar o aditamento;

**II -** pode o juiz determinar o arquivamento de inquérito policial sem requerimento nesse sentido do Ministério Público, posto que o Código de Processo Penal proíbe apenas o arquivamento direto pela autoridade policial.

**III -** o deferimento pelo Juiz de arquivamento do inquérito em ação penal privada implica em declaração de extinção da punibilidade pela renúncia.

**IV -** deferido o arquivamento de inquérito policial, o art. 18 do CPP permite o

desarquivamento apenas com base em fatos novos.

- a) a II e a IV estão corretas.
- b) a II e a V estão corretas.
- c) a I e a III estão corretas.
- d) nenhuma das alternativas.

**75. Sobre decadência assinale a alternativa correta:**

**I** - em todas as situações de ação penal privada a decadência opera-se em seis meses a contar da ciência de quem seja o autor do crime.

**II** - Maria, quando contava com 17 anos de idade, foi vítima de sedução, crime capitulado no artigo 217 do CPB, e de ação privada. Nada disse ao seu representante legal. Ao completar 20 anos, resolveu contar o fato ao seu genitor, esclarecendo também quem fora o autor do delito. Nesse caso é possível a propositura da ação penal por parte de Maria ou de seu pai, segundo o entendimento dominante.

**III** - no crime de fraude a execução, cuja ação só pode ser intentada mediante queixa, esta também decai em seis meses a contar da ciência de quem seja o autor do crime, se praticado em detrimento do poder público.

**IV** - a representação oferecida apenas contra um co-autor não impede a decadência com relação aos demais.

- a) a I e a IV estão corretas.
- b) somente a alternativa II está correta.
- c) todas estão erradas.
- d) a III e a IV estão corretas.

**76. Assinale a alternativa correta.** No crime de divulgação de segredo (art.153 do CPB), em matéria de competência, a lei processual penal, para a fixação da competência *ratione loci*, adota a teoria da:

- a) ubiqüidade.
- b) atividade.
- c) resultado.
- d) nenhuma das alternativas.

**77. Ainda sobre competência *ratione loci*, assinale a alternativa correta:**

**I**- em caso de crime cometido no limite territorial de duas comarcas, sendo incerto o local do crime, ambos os juízos são competentes.

**II** - no crime de lesão corporal seguida de morte são competentes tanto o juízo onde ocorreu a lesão corporal, como aquele em que ocorreu a condição de maior punibilidade.

**III** - no crime de homicídio alguns tribunais e o próprio STJ têm dado interpretação *contra legem* para a fixação da competência territorial.

**IV**- nos crimes permanentes, tais como nos crimes qualificados pelo resultado, a competência fixa-se pela prevenção.

- a) apenas a I está correta.

- b) a I e a II estão corretas.
- c) todas estão erradas.
- d) a I e a III estão corretas.

78. No caso de crime ocorrido no mar territorial na altura de Ilhéus-BA, cometido a bordo de uma embarcação pesqueira de pequena cabotagem, que tenha saído de Porto Seguro-BA em direção à capital, Salvador, **será competente:**

- a) a Justiça Estadual.
- b) o Juízo Federal de Ilhéus.
- c) o Juízo Federal de Salvador.
- d) a competência resolver-se-á pela prevenção para fixação da competência da Justiça Federal.

79. São decisões que não comportam recurso no Código de Processo Penal:

- I - despacho que denega a suspensão do processo nas questões prejudiciais.
- II - despacho que ordena a suspensão do processo em virtude de questão prejudicial.
- III - despacho que admitir o assistente.
- IV - despacho que não admitir o assistente.

- a) apenas a II está errada.
- b) apenas a III está correta.
- c) apenas a IV está errada.
- d) apenas a I está errada.

80. Sobre intimação, assinale a alternativa correta:

- I - a jurisprudência tem exigido, na intimação de sentença condenatória do réu preso, também a intimação do seu defensor, excluído o defensor dativo.
- II - na ação penal privada pode-se intimar da sentença o querelante ou seu advogado.
- III - a intimação de sentença penal condenatória de réu considerado inimputável (louco) deve ser feita a ele e a seu curador.
- IV - se a lei exigir a apresentação do réu para recorrer (arts. 585 e 594 do CPP), intimado o réu por edital e não se apresentando à prisão, dispensa-se a intimação do defensor.
- V - a intimação de sentença absolutória de réu em lugar incerto e não sabido é insuficiente que seja apenas ao seu defensor.

- a) a III e a V estão erradas.
- b) apenas I está errada.
- c) a I e a IV estão corretas.
- d) apenas a IV está correta.

81. Sobre as prisões cautelares, assinale a alternativa correta:

- I - não é possível prisão em flagrante em crime de ação penal privada.
- II - as infrações penais punidas com pena privativa de liberdade admitem a prisão preventiva, excetuados os casos em que o réu se livra solto ou quando o juiz vislumbrar a incidência de

excludente de criminalidade.

**III** - provida a apelação do Ministério Público, interposta de decisão do Júri que absolvía o réu, no sentido de sua anulação, mandando submetê-lo a novo julgamento, restabelece-se a prisão provisória precedentemente decretada.

**IV** - a prisão preventiva e a prisão temporária somente podem ser decretadas mediante requerimento, certo também que a primeira tem por limite a instrução criminal.

- a) a I e a II estão corretas.
- b) a I e a III estão corretas.
- c) apenas a II está correta.
- d) todas estão erradas.

**82. Assinale a alternativa correta sobre recursos:**

**I** - do despacho que revoga prisão preventiva cabe recurso em sentido estrito.

**II** - arbitrada a fiança, cabe recurso em sentido estrito tanto da acusação como da defesa.

**III** - é de cinco dias o prazo do ofendido que não se habilitou como assistente, para interpor recurso de apelação contra decisão do Tribunal do Júri, se da sentença não foi interposta apelação do Ministério Público.

**IV** - é competente o STF para julgar revisão criminal contra decisão homologatória de sentença estrangeira.

- a) apenas a I está correta.
- b) a I e a II estão corretas.
- c) a III e a IV estão corretas.
- d) a I e a IV estão corretas.

**83. Sobre nulidades assinale a alternativa correta:**

**I** - segundo o entendimento dominante, prevalece a autodefesa sobre a defesa técnica quando o réu, intimado da sentença no cartório e indagado sobre se deseja recorrer, responde negativamente e o seu advogado interpõe recurso de apelação. O não conhecimento do recurso, nesse caso, não acarreta nulidade.

**II** - a não inclusão de co-autor na ação penal pública, segundo a jurisprudência dominante, acarreta a nulidade da mesma por infringência ao princípio da indivisibilidade. Na ação penal privada a consequência é a renúncia tácita.

**III** - em caso de sentença inexistente, em face de incompetência constitucional, que resultou na absolvição do réu, não poderá ele ser novamente processado pelo mesmo fato perante o juiz competente, apesar de a sentença não ter aptidão para transitar em julgado.

**IV** - o art. 569 do CPP, quando se refere às omissões da denúncia ou queixa, admitindo a sua correção até a sentença final, quer se referir apenas às omissões referentes a circunstâncias ou elementos integrativos não essenciais do fato e não à imputação típica.

- a) a I e a IV estão corretas.
- b) a II e a III estão corretas.
- c) a III e a IV estão corretas.
- d) I e II estão corretas.

**84. Sobre procedimentos criminais, assinale a alternativa correta:**

I - em caso de ação penal originária, da competência do STF, STJ, TRFs e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o recebimento da denúncia ou queixa, tal como o arquivamento de peças informativas ou do inquérito policial, são objeto de exclusiva deliberação pelo Tribunal.

II - o julgamento no Tribunal do Júri não admite realização à revelia do acusado.

III - nos crimes contra a honra, da competência do juiz singular, obtida a conciliação, antes do recebimento da denúncia ou queixa, importa ela em arquivamento da ação penal.

IV - nos procedimentos dos crimes contra a propriedade imaterial, a despeito do art. 529 (*caput*) do CPP dizer que não será admitida queixa com fundamento em apreensão e perícia, se decorrido o prazo de trinta dias, após a homologação do laudo, prevalece o entendimento de que o prazo decadencial é de seis meses e não de trinta dias.

- a) a II e a IV estão corretas.
- b) a III e a IV estão corretas.
- c) a I e a IV estão corretas.
- d) nenhuma das alternativas.

**85. O servidor civil da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, sujeito a regime próprio de previdência social:**

a) fica automaticamente excluído do Regime Geral de Previdência Social, ainda que, concomitantemente, venha a exercer uma ou mais atividades abrangidas por esse regime geral de previdência social.

b) tornar-se-á segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, em relação às atividades por ele abrangidas.

c) tem a faculdade de vincular-se ao Regime Geral de Previdência Social caso venha a, concomitantemente, exercer atividades por ele abrangidas.

d) tem a faculdade de vincular-se ao Regime Geral da Previdência Social, desde que requeira desligamento do sistema próprio de previdência social.

**86. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição:**

a) o segurado retido ou recluso, até dezoito meses após o livramento.

b) o segurado acometido de doença de segregação compulsória, até doze meses após cessar a segregação, desde que já tenha pago mais de sessenta contribuições mensais sem interrupção que acarreta a perda da qualidade de segurado.

c) o segurado facultativo, até doze meses após a cessação das contribuições.

d) quem está em gozo de benefício, sem limite de prazo.

**87. São prestações do Regime Geral de Previdência Social, quanto aos dependentes:**

a) pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria por invalidez.

b) auxílio-reclusão, aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade.

c) pensão por morte e auxílio-reclusão.

d) pensão por morte, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

**88. É presumida a dependência econômica:**

- a) do cônjuge, do companheiro ou companheira, e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.
- b) dos pais.
- c) do irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.
- d) da mãe, quando viúva, e enquanto durar a viuvez.

**89. A renda mensal inicial das aposentadorias por tempo de serviço concedidas pela previdência social entre 05/10/88 e 05/04/91:**

- a) corresponde, desde as respectivas concessões, à média dos trinta e seis últimos salários-de-contribuição, atualizados monetariamente mês a mês.
- b) foi mandada recalcular pela Lei nº 8.213/91, sem, no entanto, nenhum direito a percepção de diferenças referentes às competências de outubro de 1988 a maio de 1992.
- c) foi mandada recalcular pela Lei nº 8.213/91, com o pagamento de diferenças desde as respectivas concessões.
- d) não sofreu nenhuma modificação com o advento da Lei nº 8.213/91, em virtude da eficácia plena e aplicabilidade imediata de disposição constitucional a propósito.

**90. A perda da qualidade de segurado:**

- a) ocorrerá somente no mês seguinte ao término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos estabelecidos na legislação previdenciária.
- b) em qualquer caso importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.
- c) veda que contribuições anteriores a ela sejam computadas para efeito de carência, mesmo que o segurado volte a se filiar à previdência social e conte 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
- d) não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que tais requisitos foram atendidos.

**91. O auxílio-doença:**

- a) será devido ao segurado que, cumprido o período de carência exigido por lei, ficar total e permanentemente incapacitado para seu trabalho ou atividade habitual.
- b) em nenhum caso será devido ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa do benefício.
- c) será devido ao segurado, empregado e empresário a contar do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.
- d) será devido a contar da data do requerimento, quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de dez dias.

**92. É correto afirmar, à luz das disposições constitucionais que cuidam da previdência social:**

- a) todos os salários-de-contribuição considerados para o cálculo dos benefícios serão devidamente atualizados, na forma da lei.
- b) a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor da média dos proventos percebidos durante o ano, atualizados na forma da lei.
- c) o participante de regime próprio de previdência social poderá filiar-se, na qualidade de segurado facultativo, ao Regime Geral de Previdência Social.
- d) o reajustamento dos benefícios, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, não poderá determinar diminuição quanto ao número de salários mínimos a que correspondiam as respectivas rendas mensais iniciais.

**93. A empregada doméstica:**

- a) poderá filiar-se, como segurada facultativa, ao Regime Geral de Previdência Social.
- b) é segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social.
- c) não faz jus ao salário maternidade.
- d) faz jus ao salário-família.

**94. Assinale a resposta correta:**

- a) todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.
- b) o dirigente sindical perde, durante o exercício do mandato eletivo, o enquadramento no Regime Geral de Previdência Social anterior à investidura.
- c) o trabalhador autônomo é segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.
- d) o valor do benefício de prestação continuada devido pela previdência social terá por base o último salário-de-contribuição.

**95. Assinale a alternativa correta:**

- a) o tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior ao início da vigência da Lei nº 8.213/91, será computado para todos os efeitos previdenciários, independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes.
- b) a segurada especial tem direito a salário-maternidade, no valor de um salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividades rurais, ainda que de forma descontínua, nos trinta meses imediatamente anteriores ao do início do benefício.
- c) o segurado e seus dependentes tem direito aos mesmos benefícios da previdência social.
- d) independe de carência a pensão por morte.

**96. Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada:**

- a) o título constitutivo não necessita estipular ser limitada a responsabilidade dos sócios à importância do capital social.
- b) mesmo quando omissa o contrato social, só cabe o uso da firma aos sócios-gerentes.
- c) respondem pessoal e ilimitadamente, os sócios-gerentes, pelos atos praticados com violação do contrato social ou da lei.
- d) somente os sócios-gerentes, em caso de falência, respondem pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas.

**97. A liquidação extrajudicial de instituições financeiras:**

- a) será executada pelo liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil, após aprovação do nome pelo Senado Federal, com amplos poderes de administração e liquidação.
- b) poderá ser requerida pelos administradores, se o respectivo estatuto social lhes conferir esta competência.
- c) determinará a extinção das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda.
- d) não interferirá na prescrição relativa a obrigações de responsabilidade da instituição.

**98. Na alienação fiduciária:**

- a) o proprietário fiduciário não poderá obter liminarmente a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.
- b) o avalista, fiador ou terceiro interessado, que pagar a dívida do alienante ou devedor, se sub-rogará, de pleno direito, no crédito e na garantia constituída pela alienação fiduciária.
- c) a venda da coisa fiduciariamente alienada somente se realizará em hasta pública, e após esgotados, pelo proprietário fiduciário, todos os meios para satisfação do seu crédito.
- d) a possibilidade de busca e apreensão do bem fiduciariamente alienado impede o credor de buscar a satisfação do crédito por meio de ação de execução.

**99. A incorporação:**

- a) é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- b) é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- c) é a operação pela qual a companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes.
- d) é a operação pela qual duas ou mais sociedades se unem, passando uma delas a ser titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais da outra ou das outras.

**100. A indisponibilidade dos bens dos administradores de instituições financeiras em liquidação extrajudicial:**

- a) alcança todos os bens dos administradores.
- b) decorre do ato que decretar a liquidação, e atinge a todos aqueles que exerçam ou tenham exercido a administração da instituição liquidanda.
- c) poderá ser estendida, por proposta do Banco Central do Brasil, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, aos bens de pessoas que, nos doze meses anteriores ao ato que decretar a liquidação, os tenham, a qualquer título, adquirido dos administradores da instituição, quando houver seguros elementos de convicção de que se cuida de simulada transferência.
- d) não pode alcançar bens de pessoas que não tenham exercido a administração da instituição liquidanda.